

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Em suas provas, caso haja item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Nas questões que avaliarem **conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

PROVAS OBJETIVAS

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

LÍNGUA PORTUGUESA

Havia a levíssima embriaguez de andarem juntos, a alegria como quando se sente a garganta um pouco seca e se vê que por admiração se estava de boca entreaberta: eles respiravam de antemão o ar que estava à frente, e ter esta sede era a própria água deles. Andavam por ruas e ruas falando e rindo, falavam e riam para dar matéria e peso à levíssima embriaguez que era a alegria da sede deles. Por causa de carros e pessoas, às vezes eles se tocavam, e ao toque — a sede é a graça, mas as águas são uma beleza de escuras — e ao toque brilhava o brilho da água deles, a boca ficando um pouco mais seca de admiração. Como eles admiravam estarem juntos!

Até que tudo se transformou em não. Tudo se transformou em não quando eles quiseram essa mesma alegria deles. Então a grande dança dos erros. O cerimonial das palavras desacertadas. Ele procurava e não via, ela não via que ele não vira, ela que estava ali, no entanto. No entanto ele que estava ali. Tudo errou, e havia a grande poeira das ruas, e quanto mais erravam, mais com aspereza queriam, sem um sorriso. Tudo só porque tinham prestado atenção, só porque não estavam bastante distraídos. Só porque, de súbito exigentes e duros, quiseram ter o que já tinham. Tudo porque quiseram dar um nome; porque quiseram ser, eles que eram. Foram então aprender que, não se estando distraído, o telefone não toca, e é preciso sair de casa para que a carta chegue, e quando o telefone finalmente toca, o deserto da espera já cortou os fios. Tudo, tudo por não estarem mais distraídos.

Clarice Lispector. *Por não estarem distraídos*.
In: *Todas as crônicas*. São Paulo: Rocco, 2018, p. 344.

No que se refere às ideias e a aspectos linguísticos do texto anterior, julgue os itens a seguir.

- 1 No segundo parágrafo, a seriedade das cobranças do amor compromissado é caracterizada por meio da imagem de uma solenidade, que se contrapõe à informalidade e à alegria da paixão.
- 2 O texto narra o percurso de um relacionamento amoroso em três etapas: o encontro, a paixão e o desencanto.
- 3 No texto, o desejo espontâneo e o querer deliberado se excluem mutuamente.
- 4 O trecho “e ter esta sede era a própria água deles” (primeiro período do primeiro parágrafo) descreve o desejo amoroso como um desejo que se autoalimenta.
- 5 Na oração “eles respiravam de antemão o ar que estava à frente” (primeiro período do primeiro parágrafo), é obrigatório o emprego do acento indicativo de crase no vocábulo “à”.
- 6 Na sequência narrativa do texto, o toque dos amantes, mencionado no terceiro período do primeiro parágrafo, constitui a virada no relacionamento, que promove a mudança do apaixonamento para o desentendimento.

- 7 No trecho “quando se sente a garganta um pouco seca e se vê que por admiração se estava de boca entreaberta” (primeiro parágrafo), o vocábulo “se”, em suas três ocorrências, está empregado como pronome reflexivo.
- 8 No terceiro período do primeiro parágrafo, o termo “brilho” funciona sintaticamente como complemento da forma verbal “brilhava”.
- 9 A forma verbal “chegue” (penúltimo período do segundo parágrafo) está empregada no modo subjuntivo por expressar um desejo.
- 10 No trecho “Só porque, de súbito exigentes e duros, quiseram ter o que já tinham” (segundo parágrafo), a expressão “de súbito” tem o mesmo sentido de **de repente**.

RACIOCÍNIO LÓGICO QUANTITATIVO

Após análise realizada em determinada empresa, um auditor enumerou 15 procedimentos que devem ser realizados mensalmente por alguns funcionários para a melhoria da transparência e da eficiência da empresa. Nessa enumeração, destaca-se o seguinte:

- os procedimentos de 1 a 5 são independentes entre si e podem ser realizados em qualquer ordem, mas não simultaneamente;
- o sexto procedimento somente pode ser realizado após a conclusão dos 5 primeiros;
- as execuções dos procedimentos de 7 até o 15 só podem ser realizadas quando o procedimento anterior for concluído.

Com base nessas informações, julgue os itens a seguir.



- 11 A quantidade de ordens distintas de realização dos procedimentos em determinado mês é superior a 200.
- 12 A probabilidade de os procedimentos 3 e 5 serem os dois primeiros a se realizarem em determinado mês é igual a 1/10.
- 13 A negação de “Nenhum dos procedimentos de 1 a 5 foi realizado” é “Todos os procedimentos de 1 a 5 foram realizados”.
- 14 Se os procedimentos 2, 3, (1 ou 8) e (5 ou 11) forem realizados, então o procedimento 4 também terá sido realizado.

- 15 Suponha-se que Antônio, Beatriz, Carlos, Douglas e Elaine sejam os servidores responsáveis, respectivamente, pelos procedimentos 1, 2, 3, 4 e 5. Considere-se, ainda, que, em determinado mês, seja combinado que
- Beatriz só pode realizar o procedimento a ela destinado após Carlos e Elaine concluírem os seus;
 - Douglas deve realizar o seu procedimento após Beatriz e Carlos;
 - Antônio realiza seu procedimento depois de Carlos e antes de Beatriz;
 - Elaine não é a primeira ou a segunda pessoa a fazer o procedimento naquele mês.

Dessa situação hipotética é correto concluir que os procedimentos foram realizados na seguinte ordem: 3, 1, 5, 2 e 4.

CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA

Julgue os itens seguintes, no que diz respeito ao sistema operacional Windows 10, ao Microsoft Excel 2016, a redes de computadores e às noções de vírus, *worms* e pragas virtuais.

- 16 *Pharming* é o ataque em que são alteradas as informações de endereço armazenadas pelos provedores de serviço de Internet para agilizar a navegação *web*, com o objetivo de redirecionar o usuário para uma página *web* falsa.
- 17 No sistema operacional Windows 10, ao se clicar com o botão direito do *mouse* sobre a Área de Trabalho e selecionar  >, será disponibilizada, entre outras, a opção Idioma.
- 18 No Windows 10, somente os aplicativos nativos do ambiente Windows como, por exemplo, Calculadora e Clima, podem ser mostrados em miniatura quando abertos.
- 19 Para recuperar uma planilha excluída por engano no Excel 2016, basta clicar no botão  — Desfazer — para que a ação de exclusão seja desfeita e a planilha, recuperada.
- 20 As mensagens enviadas na Internet denominam-se pacotes, e os comutadores de pacotes são denominados roteadores ou *switches*.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**AUDITORIA INTERNA, TÉCNICAS DE CONTROLES E NOÇÕES DE ESTATÍSTICA**

Com base no que dispõe o Código de Conduta Ética dos Servidores da Secretaria de Controle e Transparência do Estado do Espírito Santo, julgue os itens subsequentes.

- 21 Considerando o princípio da publicidade, as informações obtidas nas atividades realizadas pelo auditor do Estado devem ser reveladas em sua completude aos cidadãos.
- 22 Ao auditor do estado do Espírito Santo que necessite dirimir dúvidas relacionadas à conduta ética e a práticas ou situações que possam configurar conflito de interesse cabe consultar, em primeiro lugar, a Comissão de Ética da Secretaria de Controle e Transparência do Estado do Espírito Santo, que, em seu turno, poderá remeter a demanda recebida ao Conselho de Ética Pública do Estado do Espírito Santo.

Em relação à estrutura da gestão de riscos, definida, segundo a ABNT NBR ISO 31000, como o conjunto de componentes que fornecem os fundamentos e os arranjos organizacionais para a concepção, implementação, monitoramento, análise crítica e melhoria contínua da gestão de riscos, julgue os itens a seguir.

- 23 Os arranjos organizacionais incluem planos, relacionamentos, responsabilidades, recursos, processos e atividades da organização.
- 24 Conceitualmente, a estrutura da gestão de riscos está incorporada ao âmbito das políticas e práticas estratégicas e operacionais de toda a organização.

evento contábil	valor em R\$
Empenho	900,00
Empenho	2.800,00
Empenho	4.900,00
Empenho	1.050,00
Empenho	10.500,00
Empenho	13.750,00
Empenho	2.500,00
Empenho	13.800,00
Empenho	35.900,00
Empenho	16.800,00
Empenho	28.500,00
Empenho	11.700,00
Empenho	12.500,00
Empenho	14.000,00
Empenho	13.580,00
Empenho	13.700,00
Empenho	37.200,00
Empenho	7.200,00
Empenho	13.900,00
Empenho	14.900,00
Empenho	14.800,00
Empenho	17.980,00
Empenho	15.700,00
Empenho	24.900,00
Empenho	17.900,00

Considerando os dados da tabela precedente, relativos aos empenhos do mês de março de 2022 de determinado órgão público, bem como os conceitos relacionados a noções de estatística, julgue os itens subsequentes.

- 25 Caso haja necessidade de validar os empenhos a partir da apuração de Q3 (terceiro quartil), os empenhos a serem verificados serão aqueles a partir de R\$ 17.350,00.

- 26 O intervalo interquartil da população apresentada será de R\$ 9.600,00.
- 27 Considere-se a necessidade de análise trimestral pelo auditor e suponha-se que, no mês de janeiro, tenham ocorrido 50 empenhos e em fevereiro, 75. Nessa situação, caso a amostra estabelecida, considerado o nível de controle interno, corresponda a 36, o auditor, adotando o conceito de estratos, deverá selecionar 12 registros do mês de março.

Acerca da auditoria interna, de suas características e importância para o serviço público, julgue os itens seguintes.

- 28 A auditoria interna poderá agregar valor oferecendo serviços de consultoria, destinados a melhorar os processos de governança, gerenciamento de riscos e controle, desde que não assuma responsabilidades de gestão.
- 29 Para que sejam mitigados, os riscos de fraude e corrupção requerem controles específicos, o que implica à alta administração, com apoio de unidades especializadas como, por exemplo, o comitê de ética ou o comitê de riscos, o dever de gerenciar a probabilidade de ocorrência de fraude e corrupção que atente contra a boa e regular gestão dos bens e recursos públicos.
- 30 Os auditores internos são responsáveis por implementar medidas de controle preventivas, de detecção e corretivas nos processos sob sua responsabilidade e sob a responsabilidade de terceiros, especificamente para manter um controle interno efetivo.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Considerando as disposições constitucionais acerca da administração pública e dos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens a seguir.

- 31 Suponha-se que X seja prefeito e Y, vereador no município de Vila Velha - ES, tendo sido eles eleitos pelo mesmo partido e os mais votados na eleição municipal. Suponha-se, ainda, que ambos planejem mudar de partido em razão de insatisfação com o programa partidário. Nessa situação, a mudança de partido no primeiro ano do mandato ensejará a perda dos cargos de X e de Y.
- 32 O estrangeiro de qualquer nacionalidade, desde que naturalizado brasileiro, pode assumir o cargo de auditor do estado.
- 33 A iniciativa popular, a autoria de ação popular e o exercício da soberania popular pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto são modalidades por meio das quais o cidadão pode exercer direitos políticos.

No que diz respeito ao controle de constitucionalidade, julgue os seguintes itens.

- 34 A declaração incidental de inconstitucionalidade de lei pode constituir a causa de pedir de uma ação popular.
- 35 Ação direta de inconstitucionalidade de competência do tribunal de justiça do estado pode ter por objeto de controle lei federal que ofenda a constituição estadual.
- 36 O único legitimado ativo para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade interventiva, no Supremo Tribunal Federal, é o procurador-geral da República, quando lei ou ato normativo federal, estadual ou distrital contrariar princípios sensíveis da Constituição Federal.

No que diz respeito ao Sistema Tributário Nacional, julgue o item a seguir.

- 37 Os estados, o Distrito Federal e os municípios podem instituir contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.

Considerando as disposições da Constituição do Estado do Espírito Santo, julgue os itens a seguir.

- 38 Caso o governador do estado do Espírito Santo constate, no projeto de lei do orçamento anual, a existência de dispositivos incompatíveis com o plano plurianual, ele deverá encaminhar à Assembleia Legislativa mensagem com propostas de adequação, antes de iniciada a fase de apreciação pelo plenário.
- 39 A procuradoria-geral dos municípios integrantes do estado do Espírito Santo é exercida pela procuradoria-geral que representa o estado, cabendo-lhe, privativamente, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo estadual e municipal.
- 40 A cidade de Vitória é a capital do estado do Espírito Santo e residência oficial do governador e do vice-governador, não lhes sendo permitido residir em outro lugar, mas apenas transferir-se temporariamente para outra cidade do território estadual em situações de calamidade pública ou, simbolicamente, em datas festivas, como as realizadas em homenagem a municípios ou a seus cidadãos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Acerca de direito administrativo, julgue os itens que se seguem.

- 41 Segundo o critério teleológico, o direito administrativo é definido como o sistema dos princípios jurídicos que regulam a atividade do Estado para o cumprimento de seus fins.
- 42 Dada a origem francesa do direito administrativo pátrio, a jurisprudência, no Brasil, assim como ocorre na França, revela-se a principal fonte do direito administrativo.

Em relação a bens públicos, julgue os itens seguintes.

- 43 Os bens de uso comum do povo e os bens de uso especial têm como características a imprescritibilidade, a impenhorabilidade e a impossibilidade de oneração, que decorrem da inalienabilidade; porém, a inalienabilidade dos bens dessas duas modalidades é relativizada caso, sendo suscetíveis esses bens de valoração patrimonial, ocorra a perda da sua destinação pública, que se dá por meio da desafetação.
- 44 No direito brasileiro, os bens públicos são classificados segundo o critério de sua destinação ou afetação, sendo definidos como bens dominicais os que se destinam à consecução específica de determinado objetivo da administração pública.

À luz da Lei n.º 14.133/2021, que trata de licitações e contratos administrativos, julgue os itens subsequentes.

- 45 Em atenção ao princípio da vinculação ao edital, as propostas que contiverem vícios, ainda que sanáveis, serão desclassificadas na fase de julgamento do processo de licitação.
- 46 A designação de agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução da lei em referência caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, que, entre outros critérios, indicará, necessariamente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da administração pública para desempenhar as referidas funções.
- 47 A lei prevê, em regra, sete etapas sequenciais do processo de licitação, o qual se inicia na fase preparatória e se encerra na fase de homologação.

No que concerne ao Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado do Espírito Santo (Lei Complementar Estadual n.º 46/1994), julgue os itens que se seguem.

- 48 O servidor público perderá um terço do vencimento diário caso deixe de participar, sem justo motivo, de programa de formação, especialização ou aperfeiçoamento em horário de expediente.
- 49 Exercício corresponde ao efetivo desempenho, pelo servidor público, das atribuições de seu cargo, sendo de quinze dias o prazo para o servidor público entrar em exercício, contados da data da posse, quando esta for exigida.
- 50 A localização do servidor por permuta poderá ser processada mediante pedido conjunto dos interessados, desde que ocupantes do mesmo cargo.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A respeito do processo de formulação e desenvolvimento de políticas, julgue os itens subsequentes.

- 51 A confiança pública envolve tanto a aprovação da implementação da política quanto a confiança nas instituições nomeadas para levar a política a termo.
- 52 Custos mensais envolvidos e quantidade de horas de serviço mensais a serem distribuídas na implantação de determinada política pública são exemplos de indicadores de projeto.
- 53 O modelo lógico utilizado para o desenho e a implementação de uma política pública constitui-se das seguintes fases: levantamento de insumos; identificação das atividades a serem realizadas; observação dos resultados; e avaliação dos impactos.
- 54 Na implementação de políticas públicas, a finalidade da análise de riscos é auxiliar a tomada de decisões por meio da identificação dos riscos que necessitam de tratamento e da prioridade para a sua mitigação.

Em relação aos processos participativos de gestão pública, julgue os itens seguintes.

- 55 Em segmentos como saúde, assistência social e educação, os conselhos de gestão se transformaram em mecanismos de controle social, planejamento e implementação de políticas públicas.
- 56 Os objetivos das parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil devem estar voltados para a promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, sendo obrigatória a constituição de conselho fiscal ou equivalente.
- 57 O orçamento participativo municipal pode ser organizado mediante dois ciclos distintos: o preparatório e o consultivo.

A respeito de transparência da administração pública, controle social e cidadania e *accountability*, julgue os itens subsequentes.

- 58 *Accountability* horizontal ocorre quando os cidadãos controlam políticos e governos por meio de plebiscito, referendo e voto, ou mediante a utilização de mecanismos de controle social.
- 59 Entre os principais instrumentos de promoção da transparência fiscal na administração pública, destacam-se: prestações de contas; relatório de execução orçamentária e de gestão fiscal; e audiências públicas.
- 60 O governo eletrônico, com informações e serviços prestados pela Internet e por outros meios de comunicação, deve abranger linhas de ação voltadas ao cidadão, além de eficiência organizacional interna, cooperação governamental e gestão do conhecimento institucional.

FINANÇAS PÚBLICAS E CONTABILIDADE

Espaço livre

Julgue os itens seguintes, acerca de finanças públicas.

- 61** O déficit nominal estimado para o período orçamentário seguinte é o melhor indicador da política fiscal a ser executada.
- 62** Os bens meritórios compõem a função alocativa e existem para garantir seu acesso aos menos favorecidos economicamente.
- 63** Diferentemente da equidade tributária vertical, a equidade tributária horizontal se propõe a estipular uma melhor divisão do peso da carga tributária entre os contribuintes, conforme as suas mais variadas capacidades contributivas.

Julgue os itens a seguir, de acordo com a Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

- 64** Nas transações sem contraprestação, como no caso do recebimento de terras sem pagamento para a implantação de estacionamento por prefeitura, por exemplo, seu custo contábil deve ser registrado no balanço patrimonial pelo valor estimado pela prefeitura para a cobrança do imposto predial e territorial urbano (IPTU).
- 65** A redução ao valor recuperável de um ativo público é a desvalorização de um ativo, apurada quando seu valor contábil excede seu valor recuperável.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Julgue os itens que se seguem, acerca da administração financeira e orçamentária pública brasileira.

- 66** Os créditos adicionais suplementares têm a finalidade de reforçar programas com dotação orçamentária existente e são constituídos para despesas urgentes e previsíveis.
- 67** O excesso de recursos financeiros advindos de arrecadação poderá ser aplicado em programa de governo não previsto na lei orçamentária anual, mesmo sem que haja autorização legislativa para tal.
- 68** Destaques são descentralizações externas que ocorrem entre unidades de órgãos distintos.
- 69** Entes governamentais podem realizar repasses de recursos públicos a entidades privadas. Exemplo dessa prerrogativa, o Tesouro Nacional pode realizar operação de redesconto, a qual, por sua vez, demanda lei específica, independentemente do prazo que for concedido ao ente privado para liquidação.
- 70** As despesas empenhadas, não liquidadas e não pagas advêm de uma despesa extra-orçamentária e a sua inscrição constitui receita orçamentária.

-- CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS --**DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL**

Julgue os itens a seguir, referentes às penas e à prescrição, de acordo com as disposições do Código Penal.

- 71** Admite-se a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, independentemente da sanção aplicada, quando se tratar de condenação por crime culposo.
- 72** O prazo prescricional é acrescido de um terço na hipótese em que o condenado interrompe a execução.
- 73** Em se tratando de réu não reincidente em crime doloso, a pena privativa de liberdade não superior a seis meses poderá ser substituída por multa quando a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição será suficiente.
- 74** O desconhecimento da lei é circunstância que sempre atenua a pena.
- 75** Nos crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, a prescrição, antes de transitada em julgado a sentença final, começa a correr a partir da data em que a vítima completar 18 anos, ainda que, a esse tempo, já tenha sido proposta a ação penal.

No tocante às prisões e às medidas cautelares previstas no Código de Processo Penal, julgue os itens a seguir.

- 76** Efetivada a prisão em flagrante, não há óbice à concessão de liberdade provisória ao agente do delito, com ou sem medidas cautelares, ainda que o autuado seja integrante de organização criminosa armada.
- 77** Admite-se a aplicação da medida cautelar de internação provisória quando os peritos concluírem se tratar de agente inimputável ou semi-imputável, desde que o crime envolva violência ou grave ameaça e haja risco de reiteração.
- 78** A prisão provisória não poderá ser efetivada à noite.

DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

No tocante ao conflito das leis no tempo e sua eficácia no espaço, julgue os itens a seguir.

- 79** A lei civil tem efeito imediato e geral e não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.
- 80** A lei do país em que a pessoa se encontra, inclusive em visita temporária, determina as regras sobre o começo e o fim de sua personalidade e sua capacidade.
- 81** Admite-se a aplicação, no território nacional, de leis de outros Estados, segundo princípios e convenções internacionais.
- 82** Ao aplicar, em território nacional, dispositivos de lei estrangeira, o juiz deve fazer uma interpretação sistemática e considerar possíveis remissões feitas a outras leis.

Acerca das características da jurisdição, julgue os seguintes itens.

- 83** A jurisdição divide-se em justiça comum e justiça especial.
- 84** A característica de inércia da jurisdição indica que o seu exercício somente ocorre mediante provocação.
- 85** A característica substitutiva da jurisdição indica que a vontade das partes é substituída pela decisão judicial proferida pelo poder estatal.
- 86** Dado o dever indeclinável de julgar, o magistrado, em face da inexistência de expressa disposição legal, deve “dizer o direito”, utilizando-se de analogia, costumes e princípios gerais do direito.

**DIREITO ADMINISTRATIVO
E PROCESSO ADMINISTRATIVO**

No que diz respeito ao disposto no Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado do Espírito Santo — Lei Complementar Estadual n.º 46/1994 —, julgue os itens a seguir.

- 87** O servidor público estável somente perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar em que lhe seja assegurada a ampla defesa.
- 88** A função gratificada é o encargo de chefia confiado, mediante designação, a servidor público efetivo ou comissionado.

Acerca do processo administrativo, julgue os itens que se seguem.

- 89** O prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar não deverá exceder sessenta dias contados da data de publicação da instauração do processo, dispensada a decisão para a sua prorrogação por autoridade que tenha determinado a abertura do referido processo, desde que a dilação do prazo não ultrapasse novos sessenta dias.
- 90** Fica impedido de atuar em processo administrativo o servidor público que estiver litigando judicial ou administrativamente com o companheiro do interessado.
- 91** A competência, no âmbito dos processos administrativos, poderá ser renunciada em parte por um órgão administrativo em favor de outro, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial, ainda que os órgãos não sejam hierarquicamente subordinados.

A respeito de responsabilidade civil do Estado, julgue os itens subsequentes.

- 92** O direito de obter indenização em decorrência de responsabilidade civil do Estado prescreve em cinco anos, não se aplicando esse prazo a pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos.
- 93** A responsabilidade civil do Estado é objetiva com relação aos danos causados a terceiros por agentes públicos, seja por dolo ou culpa, podendo ser acordado o pagamento da reparação na esfera administrativa, desde que a administração pública reconheça desde logo a sua responsabilidade e haja entendimento entre os envolvidos quanto ao valor da indenização.

Com base na Lei n.º 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, julgue o item a seguir.

- 94** As organizações da sociedade civil, os movimentos sociais e os cidadãos poderão apresentar, por meio do instrumento denominado procedimento de manifestação de interesse social, propostas ao poder público para que este avalie a possibilidade de realização de chamamento público com o objetivo de celebrar parceria.

DIREITO EMPRESARIAL

No tocante às sociedades em comandita, julgue os itens a seguir.

- 95** Na sociedade comandita simples, os sócios comanditários são aqueles que compõem tanto o capital quanto o administrativo da empresa e são responsáveis solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais.
- 96** As sociedades comanditas simples dissolvem-se de pleno direito quando a falta de uma das categorias de sócio perdurar por mais de cento e oitenta dias.
- 97** Nas sociedades em comanditas por ações, os sócios administradores respondem subsidiária e ilimitadamente pelas obrigações da sociedade.
- 98** A sociedade em comandita por ações, cujo capital é dividido em ações, rege-se pelas normas relativas à sociedade anônima.

Acerca das operações societárias, julgue os itens que se seguem.

- 99** O ato de transformação de uma sociedade resulta na sua dissolução ou liquidação.
- 100** O processo de cisão restringe-se às sociedades por ações.
- 101** No processo de incorporação, uma ou várias sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações.
- 102** No processo de fusão, há a extinção das sociedades que se unem, para formar sociedade nova, que a elas sucederá nos direitos e obrigações.

CORREIÇÃO NO PODER EXECUTIVO ESTADUAL

A respeito da Corregedoria Geral do Estado do Espírito Santo, do Sistema de Correição e do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Espírito Santo, julgue os itens que se seguem.

- 103** Entende-se por risco a possibilidade de ocorrência de um evento que venha a ter impacto no cumprimento dos objetivos da entidade.
- 104** As competências das unidades setoriais de controle interno serão desempenhadas, exclusivamente, por auditores do estado.
- 105** Caberá à Corregedoria Geral do Estado do Espírito Santo fiscalizar a conduta dos servidores de todos os órgãos do Poder Executivo estadual.
- 106** O servidor que mantiver cônjuge de amigo íntimo sob sua chefia imediata estará sujeito à penalidade de demissão.
- 107** O recurso contra decisão administrativa, se cabível, terá o condão de interromper a prescrição.

Acerca do Conselho Estadual de Correição do Espírito Santo, do termo de ajustamento de conduta, da acumulação remunerada de cargos públicos e da ética no serviço público, julgue os itens seguintes.

- 108** Aplicada sanção de demissão a policial militar, o recurso interposto será apreciado pelo Conselho Estadual de Correição.
- 109** Aplicada penalidade de advertência a servidor do estado do Espírito Santo, ele mesmo poderá propor a celebração de termo de ajustamento de conduta.
- 110** Ficam fora do dever de proteção e conservação que obrigam os servidores os suprimentos de escritório, por não se enquadrarem como recursos públicos.
- 111** No estado do Espírito Santo, para fins de acumulação, os cargos que exigirem do ocupante somente o exercício de atividades burocráticas e operacionais e de média complexidade não serão considerados de natureza técnica.

**RESPONSABILIZAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS
PELA PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS**

Com base na lei que dispõe sobre a responsabilização de pessoas jurídicas pela prática de atos ilícitos, bem como no Código de Conduta e Integridade do Estado do Espírito Santo, julgue os itens que se seguem.

- 112** Havendo incorporação da pessoa jurídica causadora de dano à administração pela prática de fraude a licitação, a sucessora ficará responsável pelo pagamento da multa aplicada e pela reparação integral do dano, independentemente do valor do patrimônio incorporado.
- 113** Caso a pessoa jurídica considerada responsável por ato lesivo à administração pública presente, em sua defesa, informações e documentos referentes à existência e ao funcionamento de programa de integridade, a comissão processante deverá considerá-lo para a dosimetria da sanção a ser aplicada.
- 114** Publicada portaria de instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade de pessoa jurídica que tenha prometido vantagem indevida a servidor do estado do Espírito Santo, fatos não mencionados no ato poderão ser apurados no mesmo processo.
- 115** A sanção consistente na publicação extraordinária da decisão condenatória poderá ser aplicada, desde que mediante procedimento judicial, à pessoa jurídica que praticar ato de corrupção em face da administração pública do estado do Espírito Santo.
- 116** Dificultar atividade de fiscalização de órgãos públicos constitui ato lesivo à administração, independentemente do prejuízo econômico que esse ato possa ocasionar.
- 117** Caso se verifique, em contrato celebrado com o estado do Espírito Santo, que a contratada tenha fraudado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, o ajuizamento da ação judicial com vistas ao perdimento dos bens da pessoa jurídica infratora poderá ser promovido diretamente pelo órgão de representação judicial.
- 118** Na composição da comissão destinada à apuração da responsabilidade de pessoa jurídica, deve haver, pelo menos, um servidor com conhecimento de auditoria.
- 119** Na aplicação de penalidade à pessoa jurídica considerada responsável por utilizar-se de interposta pessoa para ocultar seus reais interesses, será considerada a sua situação econômica.

Em relação ao acordo de leniência, julgue o próximo item, à luz do entendimento do STF.

- 120** É vedado o compartilhamento de provas obtidas por meio de acordo de leniência.